

**PARECER DA RELATORA, PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO
E SERVIÇO PÚBLICO, À SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL DE PLENÁRIO
OFERECIDA AO PROJETO DE LEI Nº 583, DE 2007.**

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidenta, caros Deputados, queridas Deputadas, em primeiro lugar cumprimento o Colégio de Líderes por fazer uma homenagem concreta às mulheres deste País, permitindo a votação de um projeto de seu interesse. Cumprimento também a Deputada Alice Portugal pela iniciativa de dar visibilidade a esta conquista que há muito tempo, desde o período da Deputada Jandira Feghali, aqui tramitava.

A Comissão do Trabalho aprovou o projeto, que, chegando ao plenário, recebeu três emendas.

Sra. Presidente, a subemenda que estamos apresentando é fruto da contribuição efetiva de inúmeros Deputados que se dedicaram a aperfeiçoar o projeto, entre os quais destaco os Deputados Efraim Filho, Arnaldo Faria de Sá, Domingos Sávio e Anthony Garotinho. Todos eles, com a sua experiência e preocupação em efetivar esse projeto, aperfeiçoaram-no do ponto de vista conceitual e da técnica legislativa.

Por isso, passo a apresentar a Subemenda Substitutiva Global de Plenária ao PL nº 583, de 2007.

A Emenda nº 1 não pôde ser acatada pela incompatibilidade conceitual, já que fazia referência a possíveis revistas a serem realizadas.

A Emenda nº 2, apresentada pelos Deputados Domingos Sávio, Efraim Filho e Arnaldo Faria de Sá, foi acatada e absorvida, ampliando, inclusive, a ementa do projeto.

E a Emenda nº 3, do Deputado Anthony Garotinho, foi absorvida na preocupação, mas, do ponto de vista de texto, não foi incorporada, mas rejeitada, embora o espírito das preocupações do Deputado tenha sido acatado.

Passo, então, Sras. e Srs. Deputados, a ler a Subemenda Substitutiva Global de Plenária ao PL nº 583, de 2007:

“Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima prisional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - As empresas privadas, os órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, ficam proibidos de adotar qualquer prática de revista íntima de suas funcionárias ou clientes do sexo feminino.

Art 2º - Pelo não cumprimento do disposto no art. 1º ficam os infratores sujeitos a:

I - multa de vinte mil reais ao empregador, revertida aos órgãos de proteção dos direitos da mulher;

II – multa em dobro do valor estipulado no inciso I, em caso de reincidência, independente da indenização por danos morais e sanções de ordem penal.

Art. 3º - Nos casos previstos em leis, para revistas em ambientes prisionais e sob investigação policial, a revista será unicamente realizada por funcionárias/servidoras femininas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 02 de março de 2011.”

Ao final, Sra. Presidente, pedindo desculpas por não ter citado, agradeço o empenho do Líder Cândido Vaccarezza, de vários outros Líderes e de outras Deputadas

que ajudaram a aperfeiçoar o projeto, para que ele fosse uma realidade neste dia em que se iniciam as comemorações do mês de março.

Era o que tinha dizer.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA